

# PROJECTO DE PROGRAMA ESTRATÉGICO

## CONGRESSO DA CES - 2007

### 1. PASSAR À OFENSIVA

#### Porquê passar à ofensiva?

- Nos últimos anos, o progresso social não seguiu o ritmo de desenvolvimento do Mercado Único.
- Necessárias intervenções mais activas a favor de uma Europa mais forte no plano social.

#### O nosso Programa

- Por uma organização sindical mais forte, coesa, influente, benéfica à Europa e a todos os trabalhadores do Mundo.

#### Para Sindicatos Europeus mais fortes

- Reforçar a sindicalização, fixando como objectivo um crescimento de **5%** do número de filiados nos próximos 4 anos;

#### Para uma CES mais forte

- Reforçar a intervenção da CES no plano mundial, nomeadamente em colaboração com a CSI, TUAC e outras organizações sindicais nacionais e regionais.

### 2. UM MERCADO DE TRABALHO EMERGENTE COM FORTE DIMENSÃO SOCIAL

- Europa Social mais dinâmica, com maior unidade e coesão;
- Um mercado de emprego único na U.E. a 27.

#### Os desafios do mercado europeu de emprego

##### **Diagnóstico**

- Desemprego muito elevado;
- Aumento da precariedade;
- Crescimento dos salários reais inferiores ao aumento de produtividade;
- Maiores migrações internas.

##### **Exigir**

- Políticas de crescimento e que conduzam à diminuição do desemprego;
- Direito a um trabalho digno;
- Regras para o mercado interno do trabalho.

#### Uma melhor gestão da migração, mais do que investimento na integração

- Política de imigração mais preventiva, com base na "gestão" dos fluxos migratórios;
- Combate à exploração no trabalho, em especial de migrantes regulares;
- Sindicalizar os imigrantes.

### **Um melhor quadro para a mobilidade**

- Definir um quadro jurídico europeu sobre mobilidade transfronteiriça;
- Respeitar direitos nacionais e os sistemas de protecção social, as relações profissionais e as negociações colectivas.

### **Sistemas de protecção social de qualidade permitindo fazer face ao desafio demográfico e às mudanças sobre o mercado de trabalho**

- Uma protecção social de qualidade em todos os Países europeus;
- Sistemas de saúde financeira e geograficamente acessíveis a todos;
- Discutir o financiamento da segurança social, incluindo o custo dos incentivos ao emprego;
- "Secundarizações" sociais que garantam um rendimento decente.

### **Um melhor direito de trabalho para os mercados europeus de trabalho**

- Direitos sociais mínimos;
- Harmonização no progresso;
- Discutir a flexisegurança.

### **Uma melhor formação e uma melhor aprendizagem ao longo da vida – para uma sociedade de conhecimento**

- Investir na educação e na formação;
- Apostar na formação contínua, incluindo por via da negociação colectiva;
- Um ensino superior de qualidade em todos os estabelecimentos.

### **Uma agenda mais sólida em matéria de política social**

- Rever e adoptar novas directivas (2.70);
- Vigilância e aplicação efectiva do "acquis" social.

## **3. UM ESPAÇO DE DIÁLOGO SOCIAL, NEGOCIAÇÃO COLECTIVA E PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES**

### **Mais e melhor diálogo social**

- Reforçar o diálogo social e assegurar a aplicação dos seus resultados a todos os trabalhadores;
- Reforçar as interligações entre os diferentes níveis de diálogo social;
- Reforço do diálogo e cooperação com as instituições europeias, nomeadamente no quadro da Cimeira Social Tripartida.

### **Mais coordenação da negociação colectiva a nível europeu**

- Desenvolver a coordenação e promover a cooperação entre Sindicatos europeus;
- Desenvolver a partilha de informações e conhecimentos;
- Monitorizar a política salarial e de tempo de trabalho, evitando dumping social.

### **Mais cooperação transfronteiriça**

- Apoio da CES às iniciativas de cooperação transfronteiriças gerais ou sectoriais (como Grupo de Doorn).

### **Mais acordos que integrem a mobilidade das empresas**

- Definir um quadro legal sobre mobilidade transfronteiriça (direitos de negociação transnacional).

### **Melhores condições para os Conselhos de Empresa Europeus**

- Revisão da Directiva CEE, assente no direito à informação e consulta;
- Apoiar o desenvolvimento e funcionamento dos CEE, envolvendo as Federações Sectoriais.

### **Mais participação dos trabalhadores**

- Política europeia deve promover um quadro legislativo que assegure uma eficaz participação dos trabalhadores/sindicatos nas Empresas, discutindo a criação de um direito europeu fundamental, bem como a definição de direitos dos accionistas minoritários, recurso a auditorias e a transparências das políticas remuneratórias;
- Especial atenção ao quadro de participação dos trabalhadores e sindicatos na SE- Sociedade Europeia.
- Apoio da CES a todas as iniciativas que visem promover a Responsabilidade Social das Empresas.

## **4. UMA UNIÃO EUROPEIA COM GOVERNANÇA ECONÓMICA EFECTIVA**

### **Uma mudança política que responda aos objectivos de Lisboa**

- Reorientar a Estratégia de Lisboa para os objectivos iniciais: assegurar equilíbrio entre competitividade, coesão social e sustentabilidade ambiental;
- Reforma da política macroeconómica: maior crescimento e mais emprego;
- Defesa de um reforço do diálogo macroeconómico.

### **Uma coordenação eficaz de políticas fiscais que evitem concorrência entre regimes**

- Defesa de uma maior harmonização fiscal, para evitar situações de distorções de concorrência, de aumento carga sobre o trabalho e de erosão das receitas públicas;
- Aprofundar a discussão sobre a adopção de "ecotaxas" (taxas ambientais).

### **Um melhor Orçamento Europeu**

- Encetar debate sobre a adequação do orçamento comunitário, tendo presentes o Alargamento da UE e a necessária Solidariedade;
- Procurar novas alternativas de recursos financeiros a nível comunitário.

## **5. A INOVAÇÃO E A POLITICA INDUSTRIAL**

### **Elementos de política industrial europeia inovadora**

- Promover a sustentabilidade do sector industrial, tendo em especial atenção as PME;
- Reforço do diálogo social, enquanto instrumento para a modernização e a transformação da indústria europeia;

- Política energética que assegure preços adequados, uma redução da dependência energética e uma utilização mais eficiente.

### **Investigação e Desenvolvimento: 3% do PIB**

- Desenvolver um verdadeiro espaço europeu de I&D que propicie a transferência de conhecimentos;
- Apoio total ao objectivo de Barcelona: investir 3% PIB em I&D até 2010, com claro reforço do investimento das empresas.

### **Uma melhor regulamentação baseada em critérios económicos, sociais e ecológicos.**

- Avaliação prévia de impactos económicos, sociais e ambientais da regulamentação europeia em termos e da ausência de regulamentação;
- Recusa de novos instrumentos legislativos que visem a desregulação.

## **6. SERVIÇOS PÚBLICOS/ SERVIÇOS DE INTERESSE (ECONOMICO) GERAL MAIS FORTES**

- Assegurar um quadro legal claro sobre as liberalizações e recusa de uma abertura selectiva dos mercados nos domínios dos serviços sociais e saúde;
- Adopção de uma Directiva-quadro sobre os Serviços Públicos – Petição da CES sobre os Serviços Públicos.

## **7. UMA EUROPA MAIS SUSTENTÁVEL**

Reconhecimento da responsabilidade colectiva em matéria de protecção ambiental e combate à poluição.

### **Mudança da produção e dos modelos de consumo não sustentáveis**

- A mudança deve ser feita no quadro de um processo democrático que implique também os trabalhadores e os seus representantes, nomeadamente em sede de diálogo social e negociação colectiva;
- Progresso ambiental – potencial de criação de mais e melhores empregos;
- Campanha da CES a favor dos objectivos de Kyoto.

## **8. UMA MAIOR INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÉNERO**

### **Uma maior integração das questões de género**

- Incorporar a dimensão de género em todas as decisões políticas e reforçar as políticas específicas baseadas na igualdade de oportunidades;
- CES e sindicatos devem actuar no combate à precariedade, nas políticas de conciliação entre vida pessoal e familiar e eliminar as disparidades de representação sindical das mulheres.

## **9. UMA UNIÃO EUROPEIA MAIS FORTE**

Europa a 27 lança novos desafios ao projecto europeu.

### **Reforçar os direitos fundamentais**

- A Carta dos Direitos Fundamentais deve ter carácter vinculativo, rejeitando-se totalmente que seja retirada da Constituição europeia.

### **Por uma Constituição forte e social**

- Defesa da aprovação do Tratado Constitucional que inclua a Carta dos Direitos Fundamentais.

### **Alargamentos futuros**

- Favorável às futuras adesões (Croácia, Balcãs e Turquia), com os Estados a cumprirem as suas obrigações perante a UE e as disposições da Carta dos Direitos Fundamentais e outros direitos sociais.

### **Partenariado UE-Mediterrâneo**

- Reforço do partenariado com uma forte dimensão social, nomeadamente o desenvolvimento do diálogo social e dos seus instrumentos, nas políticas comunitárias;
- Participação activa e empenhada da CES no Fórum Sindical Euromed.

### **A cooperação com outras regiões do Mundo**

- Estreito trabalho da CES com a CSI no sentido de defender o Modelo Social Europeu e de reforçar a coesão social;
- Promover, em colaboração com CSI e BIT- ACTRAV, o reforço das capacidades das organizações sindicais em diferentes regiões.

### **Mais influência no Comércio**

- Defesa de uma política comunitária que promova os princípios da UE, e vise desenvolver o emprego na Europa;
- Apoio a uma maior articulação/cooperação OMC e OIT;
- Discordância de uma maior liberalização e abertura comerciais sem avaliação de impactos sociais e ecológicos;
- Acordos bilaterais têm de incorporar a dimensão social e o conceito de trabalho decente.

### **A paz internacional e o bem-estar social na Europa**

- Defesa de uma PESC mais forte, coesa e coerente, apoiando-se o Alto representante da UE.
- Reforço da intervenção da UE na promoção da Paz, nomeadamente por via da actuação nas Nações Unidas.

11.01.2007